



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

SÃO PAULO

EXERCÍCIO - 2018



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Sumário

Demonstrações Contábeis SIAFI	4
1. Contexto Operacional	16
2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	17
2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	17
2.2. Resumo dos Critérios e Políticas Contábeis.....	17
2.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	21
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa	28
Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	29
Nota 3 – Imobilizado	30
Nota 4 – Intangível	32
Nota 5 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	33
Nota 6 – Provisões e Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	34
Nota 7 – Patrimônio Líquido	36
Nota 8 – Obrigações Contratuais.....	36
Nota 9 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.....	38
Nota 10 – Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas	38
Nota 11 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....	39
Nota 12 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.....	40
Nota 13 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	42
Nota 14 – Resultado Patrimonial do Exercício	42
Nota 15 – Execução Orçamentária das Receitas (UO 15103).....	43
Nota 16 – Execução Orçamentária da Despesa (UO 15103).....	43
Nota 17 – Resultado Orçamentário	46
Nota 18 – Inscrição de Restos a Pagar	46



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 19 – Execução de Restos a Pagar Não Processados	47
Nota 20 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	48



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2019 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	135.970.938,51	203.169.340,55	PASSIVO CIRCULANTE	215.155.676,02	167.172.267,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	124.286.903,72	195.547.097,71	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	214.818.794,95	166.376.857,83
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8.351.527,41	1.377.810,64	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.381,68	738.656,85
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.120.732,34	6.193.486,61	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	211.775,04	50.945,59	Demais Obrigações a Curto Prazo	332.499,39	56.752,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	517.407.050,03	551.132.145,92	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	240.868.398,79	127.440.815,04
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.070.153,04	1.989.653,76	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	44.484.252,57	127.333.288,01
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.070.153,04	1.989.653,76	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	196.285.667,07	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	98.479,15	107.527,03
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	456.024.074,81	294.613.082,16
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	500.780.163,18	537.652.240,56	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	90.232.351,92	78.808.514,64	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	165.302.502,22	143.250.901,28	Resultados Acumulados	197.353.913,73	459.688.404,31
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-75.070.150,30	-64.442.386,64	Resultado do Exercício	-262.349.092,85	274.602.369,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	459.688.404,31	184.700.539,71
Bens Imóveis	410.547.811,26	458.843.725,92	Ajustes de Exercícios Anteriores	14.602,27	385.494,93
Bens Imóveis	411.208.002,56	459.226.458,16	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-660.191,30	-382.732,24	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	197.353.913,73	459.688.404,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	14.556.733,81	11.490.251,60			
Softwares	14.556.733,81	11.490.251,60			
Softwares	17.350.927,49	14.230.408,02			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.794.193,68	-2.740.156,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2019 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	653.377.988,54	754.301.486,47	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	653.377.988,54	754.301.486,47

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	124.286.903,72	195.547.097,71	PASSIVO FINANCEIRO	36.255.361,54	154.957.871,95
ATIVO PERMANENTE	529.091.084,82	558.754.388,76	PASSIVO PERMANENTE	455.588.714,59	244.848.692,58
			SALDO PATRIMONIAL	161.533.912,41	354.494.921,94

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	29.198.777,72	11.160.325,82	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	436.300.796,60	390.686.394,46
Execução dos Atos Potenciais Ativos	29.198.777,72	11.160.325,82	Execução dos Atos Potenciais Passivos	436.300.796,60	390.686.394,46
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	24.789.692,44	7.301.144,50	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	4.409.085,28	3.859.181,32	Obrigações Contratuais a Executar	436.300.796,60	390.686.394,46
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	29.198.777,72	11.160.325,82	TOTAL	436.300.796,60	390.686.394,46

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	8.897.202,86
Recursos Vinculados	79.134.339,32
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	79.134.339,32
TOTAL	88.031.542,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 14/03/2019	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.825.307.277,08	3.025.885.803,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	105.158.743,03	89.629.994,46
Impostos	-	-
Taxas	105.158.743,03	89.629.994,46
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	14.428.279,75	1.061.541,68
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	14.428.279,75	1.061.541,68
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	90.705,38	253.854,17
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.998,15	195.060,65
Variações Monetárias e Cambiais	86.707,23	58.793,52
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.690.357.652,29	2.795.096.168,67
Transferências Intragovernamentais	2.601.714.875,29	2.737.631.237,27
Transferências Intergovernamentais	88.484.753,00	57.464.931,40
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	158.024,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.034.805,10	137.710.837,38
Reavaliação de Ativos	12.034.805,10	137.432.766,63
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	277.683,47
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	387,28
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.237.091,53	2.133.407,44
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 14/03/2019	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.237.091,53	2.133.407,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.087.656.369,93	2.751.283.434,13
Pessoal e Encargos	1.701.829.939,06	1.639.234.256,83
Remuneração a Pessoal	1.327.394.678,94	1.283.531.430,24
Encargos Patronais	239.096.441,71	232.580.002,29
Benefícios a Pessoal	135.338.818,41	123.122.824,30
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	623.947.833,12	574.173.181,61
Aposentadorias e Reformas	506.331.891,53	461.787.788,35
Pensões	116.790.805,83	111.636.607,74
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	825.135,76	748.785,52
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	237.581.149,38	250.203.506,84
Uso de Material de Consumo	6.360.440,62	5.545.824,90
Serviços	217.007.436,03	230.862.343,84
Depreciação, Amortização e Exaustão	14.213.272,73	13.795.338,10
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.917,56	6.099,61
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.646,38	1.525,83
Variações Monetárias e Cambiais	6.271,18	4.573,78
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	259.582.418,60	260.815.474,83
Transferências Intragovernamentais	259.157.874,53	260.544.464,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	424.544,07	271.009,87
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	259.297.063,32	19.422.059,26
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	60.201.680,01	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	84.352,25	-
Incorporação de Passivos	198.325.812,90	19.300.075,84
Desincorporação de Ativos	685.218,16	121.983,42



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	3.394.678,81	3.686.844,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	61.868,05	47.477,04
Contribuições	3.332.810,76	3.639.367,71
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.015.370,08	3.742.010,40
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.015.370,08	3.742.010,40
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-262.349.092,85	274.602.369,67

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2019 PAGINA 1

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	89.890.953,00	89.890.953,00	95.994.398,13	6.103.445,13
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.066.012,00	1.066.012,00	1.684.677,25	618.665,25
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.066.012,00	1.066.012,00	1.684.677,25	618.665,25
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	12.624.015,00	12.624.015,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	12.624.015,00	12.624.015,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	88.484.753,00	88.484.753,00	81.111.023,56	-7.373.729,44
Outras Receitas Correntes	340.188,00	340.188,00	574.682,32	234.494,32
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	340.188,00	340.188,00	574.682,32	234.494,32
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2019 PAGINA 2

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	89.890.953,00	89.890.953,00	95.994.398,13	6.103.445,13
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	89.890.953,00	89.890.953,00	95.994.398,13	6.103.445,13
DEFICIT			2.477.594.710,36	2.477.594.710,36
TOTAL	89.890.953,00	89.890.953,00	2.573.589.108,49	2.483.698.155,49
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.568.382.702,00	2.613.983.732,00	2.565.460.074,88	2.547.490.080,55	2.547.215.060,97	48.523.657,12
Pessoal e Encargos Sociais	2.169.006.544,00	2.249.376.574,00	2.213.329.368,76	2.213.022.815,60	2.212.992.705,38	36.047.205,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	399.376.158,00	364.607.158,00	352.130.706,12	334.467.264,95	334.222.355,59	12.476.451,88
DESPESAS DE CAPITAL	16.114.517,00	45.484.517,00	8.129.033,61	5.936.341,45	5.936.337,85	37.355.483,39
Investimentos	16.114.517,00	21.834.517,00	8.129.033,61	5.936.341,45	5.936.337,85	13.705.483,39
Inversões Financeiras	-	23.650.000,00	-	-	-	23.650.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.584.497.219,00	2.659.468.249,00	2.573.589.108,49	2.553.426.422,00	2.553.151.398,82	85.879.140,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2019 PAGINA 3

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.584.497.219,00	2.659.468.249,00	2.573.589.108,49	2.553.426.422,00	2.553.151.398,82	85.879.140,51
TOTAL	2.584.497.219,00	2.659.468.249,00	2.573.589.108,49	2.553.426.422,00	2.553.151.398,82	85.879.140,51

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	42.570.406,01	89.862.142,10	39.907.667,94	39.907.667,94	77.817.689,08	14.707.191,09
Pessoal e Encargos Sociais	38.197.998,44	57.238.114,69	12.250.148,59	12.250.148,59	73.279.908,38	9.906.056,16
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.372.407,57	32.624.027,41	27.657.519,35	27.657.519,35	4.537.780,70	4.801.134,93
DESPESAS DE CAPITAL	386.450,00	20.364.743,18	19.999.182,80	19.999.182,80	30.451,21	721.559,17
Investimentos	386.450,00	20.364.743,18	19.999.182,80	19.999.182,80	30.451,21	721.559,17
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	42.956.856,01	110.226.885,28	59.906.850,74	59.906.850,74	77.848.140,29	15.428.750,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	40.714,40	750.300,46	739.611,55	-	51.403,31
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	40.714,40	750.300,46	739.611,55	-	51.403,31
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	40.714,40	750.300,46	739.611,55	-	51.403,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2019

PÁGINA 1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.648.196.280,16	2.772.322.567,47
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.131.351.229,51	2.169.592.410,58
Vinculadas	-	-	Vinculadas	516.845.050,65	602.730.156,89
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	494.459.368,00
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	433.714.153,00	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	83.130.897,65	108.270.788,89
Transferências Financeiras Recebidas	2.600.365.920,47	2.737.631.237,27	Transferências Financeiras Concedidas	186.822.940,56	94.246.157,27
Resultantes da Execução Orçamentária	2.597.568.550,51	2.735.349.493,81	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	12.933,30	-	Independentes da Execução Orçamentária	186.822.940,56	94.246.157,27
Sub-repasse Recebido	2.597.555.617,21	2.735.349.493,81	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	76.234.733,27	651.206,55
Independentes da Execução Orçamentária	2.797.369,96	2.281.743,46	Demais Transferências Concedidas	403.872,88	108.736,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	219.123,19	Movimento de Saldos Patrimoniais	110.184.334,41	93.486.213,97
Demais Transferências Recebidas	1.554.341,39	1.068.538,50	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.243.028,57	994.081,77	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	63.314.407,80	31.788.160,83
Recebimentos Extraorçamentários	226.707.514,06	262.900.972,12	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	739.611,55	431.606,85
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	275.023,18	748.341,26	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	60.771.145,80	30.541.938,31
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20.391.251,06	111.098.079,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.803.650,45	814.615,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.800.662,72	610.717,53	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	204.240.577,10	150.443.833,71			
Arrecadação de Outra Unidade	203.785.235,46	150.443.833,71			
Demais Recebimentos	455.341,64	-			
Saldo do Exercício Anterior	195.547.097,71	93.371.773,89	Saldo para o Exercício Seguinte	124.286.903,72	195.547.097,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	195.547.097,71	93.371.773,89	Caixa e Equivalentes de Caixa	124.286.903,72	195.547.097,71
TOTAL	3.022.620.532,24	3.093.903.983,28	TOTAL	3.022.620.532,24	3.093.903.983,28



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-42.225.562,28	124.579.908,96
INGRESSOS	2.806.407.160,29	2.888.685.788,51
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.806.407.160,29	2.888.685.788,51
Ingressos Extraorçamentários	1.800.662,72	610.717,53
Transferências Financeiras Recebidas	2.600.365.920,47	2.737.631.237,27
Arrecadação de Outra Unidade	203.785.235,46	150.443.833,71
Demais Recebimentos	455.341,64	-
DESEMBOLSOS	-2.848.632.722,57	-2.764.105.879,55
Pessoal e Demais Despesas	-2.421.221.371,63	-2.434.122.442,96
Legislativo	-	-
Judiciário	-1.712.457.124,28	-1.671.684.947,69
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-637.322.926,56	-596.139.187,58
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

	2018	2017
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-71.441.320,79	-166.298.307,69
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-238.784.759,93	-234.922.663,65
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-238.784.759,93	-234.922.663,65
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-188.626.591,01	-95.060.772,94
Dispêndios Extraorçamentários	-1.803.650,45	-814.615,67
Transferências Financeiras Concedidas	-186.822.940,56	-94.246.157,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-29.034.631,71	-22.404.585,14
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-29.034.631,71	-22.404.585,14
Aquisição de Ativo Não Circulante	-25.589.650,37	-21.417.294,80
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.444.981,34	-987.290,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2019 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-71.260.193,99	102.175.323,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	195.547.097,71	93.371.773,89
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	124.286.903,72	195.547.097,71



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

1. Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2) é Órgão integrante da Justiça do Trabalho, criado pelo Decreto-Lei nº 1.237, de 2 de maio de 1939, ainda na condição de Conselho Regional do Trabalho, e do Decreto-Lei 9.797, de 9 de setembro de 1946, quando passou à condição de Tribunal Regional do Trabalho. Possui sede na cidade de São Paulo e sua jurisdição abrange os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista.

O Tribunal possui como finalidade solucionar conflitos na esfera trabalhista, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Esta finalidade fica evidente ao se verificar a missão e a visão definidas em seu Plano Estratégico Institucional 2015-2020, quais sejam: “Promover a pacificação social oferecendo uma prestação jurisdicional rápida, acessível e efetiva nos litígios sob a jurisdição trabalhista” e “Ser reconhecido pela sociedade como instituição de excelência, que atua com celeridade, credibilidade, relevância e efetividade na prestação jurisdicional”, respectivamente.

Como órgão pertencente ao Poder Judiciário da União, as competências do TRT2 derivam do texto constitucional, definidas no art. 114.

Dessa forma, cabe ao TRT2 processar e julgar, no âmbito de sua jurisdição:

- Ações relativas a:
 - ✓ Relações de trabalho;
 - ✓ Direito de greve e seus desdobramentos nas situações de fato;
 - ✓ Representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores ou empregadores;
 - ✓ Conflitos de competência entre órgãos em sua jurisdição;
 - ✓ Indenizações decorrentes da relação de trabalho; e
 - ✓ Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- Execução das contribuições sociais e acréscimos legais inerentes às sentenças;
- Temas constitucionais relativos à matéria trabalhista; e
- Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2018), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 7ª Edição) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações no âmbito de Unidade Gestora (UG) e Unidade Orçamentária (UO) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (UG 080010 e UO 15103).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).

2.2. Resumo dos Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotadas no âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região:

a) Moeda Funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de

câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa (Conta Única do Tesouro Nacional), demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única Recursos Tesouro Nacional, Conta Única Recursos Previdenciários e Conta Única Recursos Dívida Pública.

c) **Créditos a receber a Curto Prazo**

Compreende os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) transferências concedidas; (iv) adiantamentos; e (v) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, e, quando aplicável, acrescidos das atualizações monetárias e juros.

d) **Estoques**

Compreendem os produtos acabados e em elaboração e o almoxarifado. Na entrada, os bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas de estoque é o custo médio ponderado. Há, ainda, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e) **VPD Pagas Antecipadamente**

Compreendem pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão no futuro, a curto prazo. São registradas pelo valor de aquisição no Ativo e contabilizadas as variações

patrimoniais diminutivas mensalmente, em observância ao Princípio de Competência.

f) **Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreende os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos tributários e (ii) créditos não tributários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, acrescidos das atualizações monetárias e juros.

g) **Imobilizado**

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. O reconhecimento inicial ocorre pelo valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como aos procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável.

Gastos posteriores são incorporados ao valor do bem quando capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos posteriores não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variação patrimonial diminutiva do exercício.

h) **Intangível**

O Intangível é composto de direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. No TRT2, referem-se exclusivamente a softwares. O reconhecimento inicial ocorre pelo valor de aquisição ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à amortização, quando tiverem vida útil definida.



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

i) Depreciação e amortização dos bens móveis e intangíveis

A base de cálculo para a depreciação e amortização de bens móveis e intangíveis é o custo do ativo, que compreende todos os custos diretos e indiretos. O método de cálculo utilizado é o das quotas constantes.

Para os bens móveis, como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da data de colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se o registro da depreciação em fração menor que um mês, em caráter de exceção.

Utiliza-se ainda a tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, que dispõe sobre a vida útil e do valor residual dos bens móveis.

Para os bens intangíveis com vida útil definida, a amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo está disponível para uso.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet sobre o valor depreciável, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por

parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

k) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação e redução a valor recuperável na Administração Pública Direta da União têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente no Manual SIAFI, Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

l) Passivos Circulantes e Não Circulantes

O reconhecimento dos passivos observa o regime de competência, e é evidenciado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. São segregados em Circulante, para os casos de valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, e em Não Circulante, para os demais passivos.



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

m) Provisões

As provisões estão segregadas em quatro categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos cíveis; (iii) provisões matemáticas; e (iv) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor.

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

o) Apuração de Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I) Resultado Patrimonial: é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Caso o resultado for positivo, há superávit patrimonial, e caso contrário, há déficit patrimonial.

II) Resultado Orçamentário: é apurado no Balanço Orçamentário, confrontando as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Caso o resultado for positivo, há superávit orçamentário, e, em caso contrário, há déficit orçamentário.

III) Resultado Financeiro: é apurado tanto

no Balanço Financeiro quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Balanço Financeiro, apura-se confrontando os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do TRT2. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, apura-se confrontando o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e Equivalentes de Caixa. Caso a diferença for positiva, há superávit financeiro e, em caso contrário, há déficit financeiro.



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ milhões

ATIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		135,97	203,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	124,29	195,55
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	11,68	7,62
ATIVO NÃO CIRCULANTE		517,41	551,13
Realizável a Longo Prazo		2,07	1,99
Imobilizado	3	500,78	537,65
Bens Móveis		165,30	143,25
Bens Imóveis		411,21	459,23
(-) Depreciação Acumulada		-75,73	-64,83
Intangível	4	14,56	11,49
TOTAL DO ATIVO		653,38	754,30

R\$ milhões

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		215,16	167,17
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	5	214,82	166,38
Demais Obrigações		0,34	0,80
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		240,87	127,44
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	6	44,48	127,33
Provisões a Longo Prazo	6	196,29	0,00
Demais Obrigações		0,10	0,11
TOTAL DO PASSIVO		456,02	294,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	197,35	459,69
Resultados Acumulados		197,35	459,69
TOTAL DO PASSIVO + PL		653,38	754,30



TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

R\$ milhões

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NE	2018	2017
Garantias e contragarantias recebidas a executar		24,79	7,30
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres		-	-
Direitos contratuais a executar		4,41	3,86
Outros atos potenciais ativos a executar		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		29,20	11,16
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		2018	2017
Garantias e contragarantias concedidas a executar		-	-
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres a liberar		-	-
Obrigações contratuais a executar	8	436,30	390,69
Outros atos potenciais passivos a executar		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		436,30	390,69

R\$ milhões

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
ATIVO (I)	NE	2018	2017
Ativo Financeiro		124,29	195,55
Ativo Permanente		529,09	558,75
Total do Ativo		653,38	754,30
PASSIVO (II)	NE	2018	2017
Passivo Financeiro		36,26	154,96
Passivo Permanente		455,59	244,85
Total do Passivo		491,84	399,81
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)		161,53	354,49

R\$ milhões

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		2018	2017
Recursos Ordinários		8,90	12,20
Recursos Vinculados		79,13	28,39
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		79,13	28,39
TOTAL	1	88,03	40,59



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

		R\$ milhões	
	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.825,31	3.025,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9	105,16	89,63
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		14,43	1,06
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,09	0,25
Transferências e Delegações Recebidas	10	2.690,36	2.795,10
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		12,03	137,71
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3,24	2,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		3.087,66	2.751,28
Pessoal e Encargos	11	1.701,83	1.639,23
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11	623,95	574,17
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12	237,58	250,20
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,01	0,01
Transferências e Delegações Concedidas	10	259,58	260,82
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13	259,30	19,42
Tributárias		3,39	3,69
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		2,02	3,74
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	14	(262,35)	274,60



TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhões

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		89,89	89,89	95,99	6,10
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		1,07	1,07	1,68	0,62
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	12,62	12,62
Transferências Correntes		88,48	88,48	81,11	(7,37)
Outras Receitas Correntes		0,34	0,34	0,57	0,23
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	15	89,89	89,89	95,99	6,10
Refinanciamento		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		89,89	89,89	95,99	6,10
Déficit	17	-	-	2.477,59	2.477,59
TOTAL		89,89	89,89	2.573,59	2.483,70

R\$ milhões

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		2.568,38	2.613,98	2.565,46	2.547,49	2.547,22	48,52
Pessoal e Encargos Sociais		2.169,01	2.249,38	2.213,33	2.213,02	2.212,99	36,05
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		399,38	364,61	352,13	334,47	334,22	12,48
DESPESAS DE CAPITAL		16,11	45,48	8,13	5,94	5,94	37,36
Investimentos		16,11	21,83	8,13	5,94	5,94	13,71
Inversões Financeiras		-	23,65	-	-	-	23,65
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	16	2.584,50	2.659,47	2.573,59	2.553,43	2.553,15	85,88
Amortização da Dívida / Refinanciamento		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.584,50	2.659,47	2.573,59	2.553,43	2.553,15	85,88
TOTAL		2.584,50	2.659,47	2.573,59	2.553,43	2.553,15	85,88



TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ milhões

	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		42,57	89,86	39,91	39,91	77,82	14,71
Pessoal e Encargos Sociais		38,20	57,24	12,25	12,25	73,28	9,91
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		4,37	32,62	27,66	27,66	4,54	4,80
DESPESAS DE CAPITAL		0,39	20,36	20,00	20,00	0,03	0,72
Investimentos		0,39	20,36	20,00	20,00	0,03	0,72
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	19	42,96	110,23	59,91	59,91	77,85	15,43

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$ milhões

	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		0,04	0,75	0,74	-	0,05
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		0,04	0,75	0,74	-	0,05
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	19	0,04	0,75	0,74	-	0,05



TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

BALANÇO FINANCEIRO

R\$ milhões

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		2.600,37	2.737,63
Resultantes da Execução Orçamentária		2.597,57	2.735,35
Independentes da Execução Orçamentária		2,80	2,28
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		226,71	262,90
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	18	0,28	0,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	18	20,39	111,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1,80	0,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários		204,24	150,44
Saldo do Exercício Anterior		195,55	93,37
Caixa e Equivalentes de Caixa		195,55	93,37
TOTAL		3.022,62	3.093,90

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Despesas Orçamentárias		2.648,20	2.772,32
Ordinárias		2.131,35	2.169,59
Vinculadas		516,85	602,73
Transferências Financeiras Concedidas		186,82	94,25
Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		186,82	94,25
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Despesas Extraorçamentárias		63,31	31,79
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	19	0,74	0,43
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19	60,77	30,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1,80	0,81
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte		124,29	195,55
Caixa e Equivalentes de Caixa		124,29	195,55
TOTAL		3.022,62	3.093,90



TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

		R\$ milhões	
		2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		-42,23	124,58
	NE		
INGRESSOS		2.806,41	2.888,69
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		2.806,41	2.888,69
DESEMBOLSOS		-2.848,63	-2.764,11
Pessoal e Demais Despesas		-2.421,22	-2.434,12
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-238,78	-234,92
Outros Desembolsos das Operações		-188,63	-95,06
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-29,03	-22,40
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-29,03	-22,40
Aquisição de Ativo Não Circulante		-25,59	-21,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-3,44	-0,99
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20	-71,26	102,18
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		195,55	93,37
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		124,29	195,55



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelas contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” e “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS “. A conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” é composta de depósitos recebidos em garantia de contratos de fornecimento de bens e prestações de serviços firmados com terceiros, em atendimento ao disposto na Lei de Licitações (Lei 8.666/93). A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, para fazer frente às despesas realizadas pelos créditos orçamentários definidos na LOA.

Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	0,10	0,11	-8,41
Limite de Saque com Vinculação de Pgto - OFSS	124,19	195,44	-36,46
Total	124,29	195,55	-36,44

Fonte: Siafi 2018/2017

Cumprir informar que os saldos dos valores que permaneceram na conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” não estão conciliados com os respectivos extratos bancários, por indisponibilidade desta informação junto à Instituição Financeira.

A variação negativa do subgrupo decorreu sobretudo em razão dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores, que totalizaram R\$ 61,51 milhões e R\$ 77,86 milhões, respectivamente.

Os recursos disponíveis na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pgto – OFSS estão segregados a partir da fonte de recursos, conforme tabela abaixo.

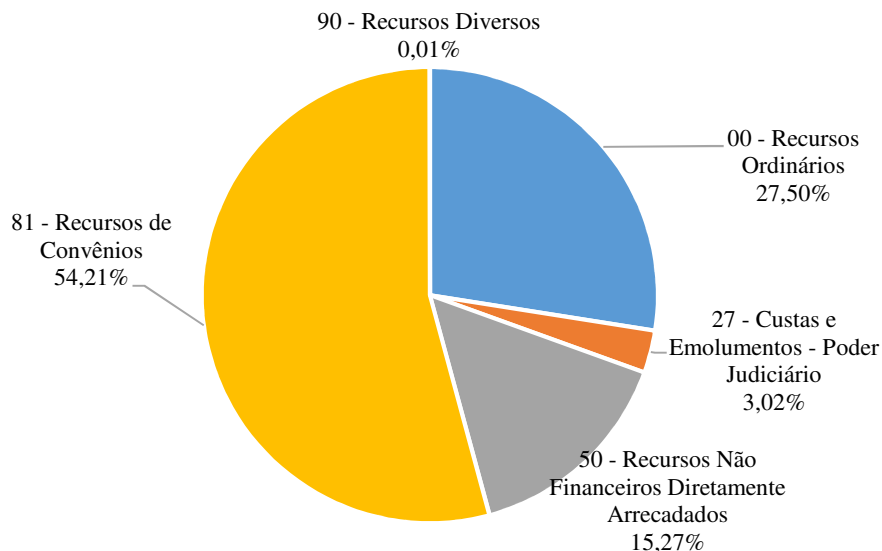
	R\$ milhões		
Fonte de Recursos	2018	2017	AH (%)
00 - Recursos Ordinários	34,15	133,79	-74,47
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	3,75	4,80	-22,00
50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	18,96	5,48	245,92
56 - Contribuição p/ Plano de Seguridade Social do Servidor	-	1,15	-100,00
81 - Recursos de Convênios	67,32	46,55	44,63
88 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	-	3,66	-100,00
90 - Recursos Diversos	0,01	0,00	137,91
Total	124,19	195,44	-36,46

Fonte: Siafi 2018/2017



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Distribuição Limite de Saque por Fonte de Recursos



Fonte: Siafi 2018

Os recursos das fontes 27 – Custas e Emolumentos-Poder Judiciário e 90 – Recursos Diversos estão integralmente comprometidos com os valores inscritos em Restos a Pagar e com passivos a serem liquidados, respectivamente.

Os recursos da fonte 00 – Recursos Ordinários têm o montante de R\$ 25,25 milhões comprometido com Restos a Pagar. O valor restante, de R\$ 8,90 milhões, será inscrito como Recurso Diferido em 2019.

Quanto aos recursos vinculados, oriundos de fontes próprias, há um comprometimento com Restos a Pagar de R\$ 0,03 milhões da fonte 50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados e R\$ 7,12 milhões da fonte 81 – Recursos de Convênios. Os saldos dos recursos vinculados não comprometidos totalizam o montante de R\$ 79,13 milhões.

Dessa forma, os saldos dos recursos ordinários, de R\$ 8,90 milhões, e dos recursos vinculados, de R\$ 79,13 milhões, irão compor o Superávit Financeiro do TRT2 de R\$ 88,03 milhões.

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O item Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto de valores a receber devidos por servidores, fornecedores ou outras entidades, adiantamentos concedidos a terceiros, estoques e outros créditos.



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição

	R\$ milhões		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Adiantamento Concedidos a Pessoal	0,02	-	100,00
Créditos por Dano ao Patrimônio	0,01	0,02	-44,66
Estoques	3,12	6,19	-49,61
VPD's Pagas Antecipadamente	0,21	0,05	315,69
Outros Créditos a Receber	8,33	1,36	512,37
Total	11,68	7,62	53,29

Fonte: Siafi 2018/2017

No título “Outros Créditos a Receber” são contabilizados os valores devidos pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, pela administração dos depósitos judiciais, recolhidos de forma centralizada pelo CSJT e repassados mensalmente ao Tribunal, cujo saldo a receber ao final do exercício totalizou R\$ 7,37 milhões.

No entanto, considerando a orientação da Mensagem SEOFI/CSJT nº 004/19, recebida após o encerramento do exercício financeiro, este saldo deverá ser baixado no exercício de 2019 a título de “ajustes de exercícios anteriores”, a fim de adequar o valor do crédito a receber ao montante do sub-repasse recebido da setorial contábil até o encerramento do exercício de 2018.

O título acima é composto ainda pelos créditos a receber decorrentes de acertos financeiros com servidores e ex-servidores, no valor de R\$ 0,96 milhão.

Nota 3 – Imobilizado

Bens Móveis

Bens Móveis - Composição

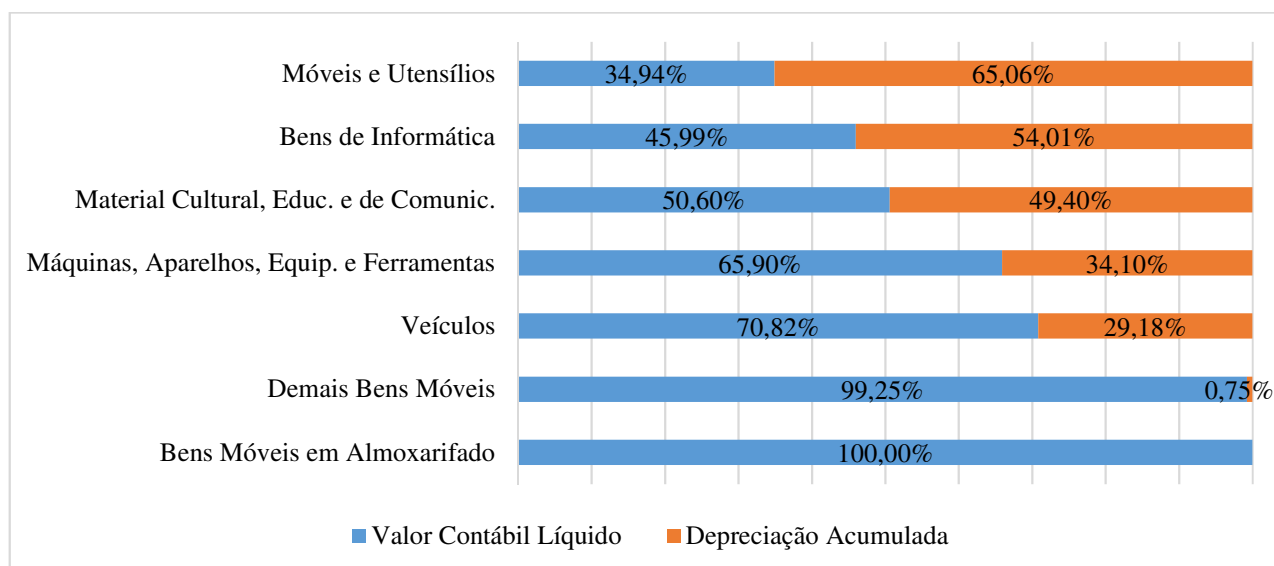
	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	23,45	21,68	8,18
Bens de Informática	89,15	67,58	31,91
Móveis e Utensílios	20,10	19,93	0,87
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2,74	2,61	4,96
Veículos	15,31	8,96	70,99
Bens Móveis em Almoxarifado	10,85	18,81	-42,30
Demais Bens Móveis	3,70	3,69	0,22
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(75,07)	(64,44)	16,49
Saldo Contábil Líquido	90,23	78,81	14,50

Fonte: Siafi 2018/2017



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

O gráfico abaixo detalha o percentual, por item, do valor contábil líquido bem como da depreciação acumulada:



Fonte: Siafi 2018

Bens Imóveis

Bens Imóveis - Composição

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Imóveis de Uso Especial	410,93	459,09	-10,49
Instalações	0,28	0,00	100,00
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	-	0,13	-100,00
Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	-0,66	-0,38	72,49
Total	410,55	458,84	-10,53

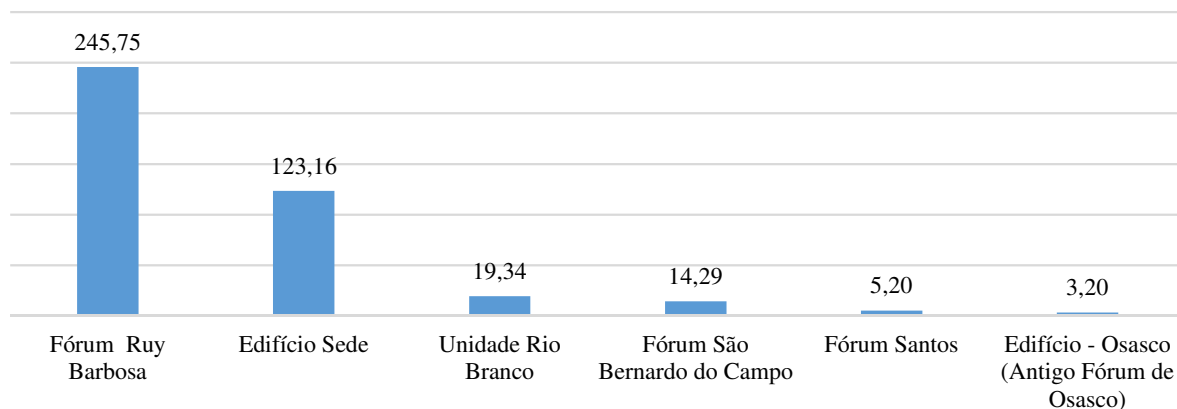
Fonte: Siafi 2018/2017

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). O TRT2 possui atualmente apenas Edifícios como imóveis de uso especial, que estão registrados conforme quadro abaixo:



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

R\$ milhões



Fonte: Siafi/2018

A variação negativa do saldo dos bens imóveis em 2018 decorreu da reavaliação dos imóveis realizada no exercício.

Depreciação dos Bens Imóveis

A depreciação dos bens imóveis é realizada, de forma centralizada, pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN (UG 170999), a partir das informações disponibilizadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação pelo SPIUnet é o Método da Parábola de Kuentzle, conforme definido na Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014.

Nota 4 – Intangível

Intangível - Composição

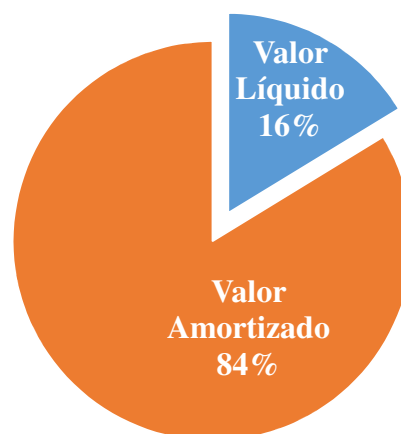
	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	3,34	2,96	12,83
Software com Vida Útil Indefinida	14,01	11,27	24,32
(-) Amortização Acumulada	-2,79	-2,74	1,97
Total	14,56	11,49	26,69

Fonte: Siafi 2018/2017



TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Em relação aos softwares com vida útil definida, o gráfico ao lado demonstra a amortização acumulada em confronto com o valor contábil líquido



Fonte: Siafi 2018

Em relação aos *softwares* com vida útil indefinida, a tabela abaixo apresenta aqueles que possuem os saldos mais relevantes:

	R\$ milhões
	2018
Licença Soft. VMWare	3,31
Lic. Soft. Base Expansion Storwize	1,48
Lic. Soft Backup IBM Spectrum Protect	1,43
Solução Integrada Gerenc. TI - SISGTI	1,33
Solução de Monitoramento PJe-JT	1,06
Demais softwares com vida útil indefinida (55)	5,40
Total	14,01

Fonte: Siafi 2018

Nota 5 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo - Composição

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Férias a Pagar	214,82	57,71	272,23
Obrigações Trabalhistas a Pagar	-	104,71	-100,00
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	-	3,95	-100,00
Total	214,82	166,38	29,12

Fonte: Siafi 2018/2017

A variação ocorrida na conta “Férias a Pagar” justifica-se pela mudança dos procedimentos relacionados ao reconhecimento do passivo “salário de férias”. Até 2017, a apropriação por



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

competência observava apenas o terço constitucional. A partir do exercício de 2018, o Manual SIAFI - Macrofunção 021142 - Folha de Pagamento estabeleceu também a necessidade de reconhecimento mensal do salário de férias, para que os saldos patrimoniais demonstrassem de forma fidedigna a realidade, conforme determinam as normas contábeis vigentes. Desta forma, foram incorporados ao passivo o salário referente às férias não usufruídas e os valores proporcionais ao direito a ser exercido, ou seja, 1/12 avos do salário de férias a gozar.

Em relação aos saldos das demais contas, “Obrigações Trabalhistas a Pagar” (a Curto Prazo) e “Outros Encargos Sociais – Intra OFSS”, cumpre informar que tais valores passaram a compor o saldo de longo prazo, em razão da alteração da expectativa quanto ao período em que tais passivos deverão ser pagos.

Nota 6 – Provisões e Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Provisões e Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Precatórios de Pessoal	8,39	8,28	1,35
Obrigações Trabalhistas a Pagar	33,50	109,90	-69,52
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	2,59	9,15	-71,67
Provisão para Indenizações Trabalhistas	196,29	-	100,00
Total	240,77	127,33	89,09

Fonte: SIAFI 2018/2017

A partir do exercício de 2018, houve a adequação na categorização dos passivos trabalhistas, de acordo com o grau de exigibilidade desses passivos. Dessa forma, os passivos trabalhistas devidos pelo TRT2 passaram a ser registrados em “Obrigações Trabalhistas a Pagar” (a Longo Prazo) ou “Provisão para Indenizações Trabalhistas”, de acordo com o grau de exigibilidade definido pela área gestora de pessoal.

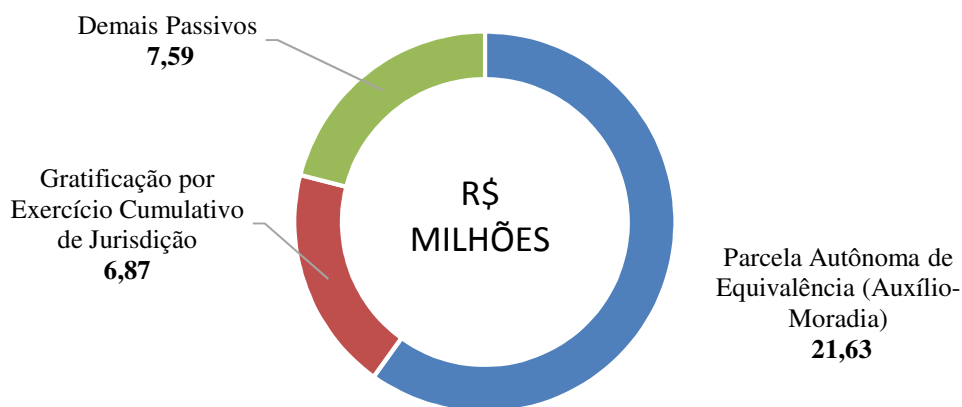
Os valores contabilizados em “Obrigações Trabalhistas a Pagar” e “Outros Encargos Sociais - Intra OFSS” referem-se aos passivos aptos para pagamento, porém sem previsão de recebimento de recursos orçamentários a curto prazo. Os valores contabilizados em “Provisões para Indenizações Trabalhistas” referem-se aos passivos que tem seu valor reconhecido, no entanto possui prazo incerto para pagamento, não associado ao recebimento dos recursos orçamentários, mas a outros critérios que naquele momento não o tornam apto para o pagamento.

A partir das informações apresentadas, demonstra-se abaixo os passivos trabalhistas a longo prazo com insuficiência orçamentária, bem como os passivos trabalhistas que passaram a ser provisionados.



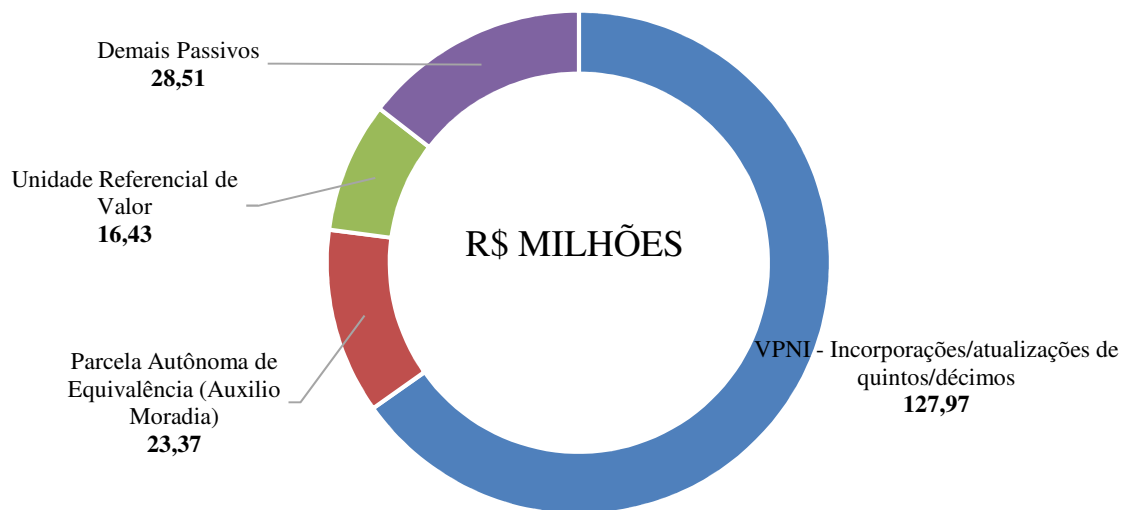
**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Passivos Trabalhistas com insuficiência orçamentária – Composição por passivo



Fonte: Siafi 2018

Passivos Trabalhistas provisionados – Composição por passivo



Fonte: Siafi 2018



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 7 – Patrimônio Líquido

A tabela a seguir detalha as variações dos elementos que compõe o Patrimônio Líquido do TRT2.

Patrimônio Líquido - Composição

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Resultados Acumulados	197,35	459,69	-57,07
Resultado do Exercício	-262,35	274,60	-195,54
Resultados de Exercícios Anteriores	459,69	184,70	148,88
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,39	-99,62
Total Patrimônio Líquido	197,35	459,69	-57,07

Fonte: Siafi 2018/2017

A variação negativa do resultado do exercício ocorreu devido principalmente:

- a) Ao reconhecimento de passivos de férias a pagar de exercícios anteriores, no valor de R\$ 173,13 milhões, de acordo com o Manual SIAFI – Macrofunção 02.11.42 e da Mensagem SEOFI/CSJT nº 035/2018, bem como do reconhecimento de novos passivos trabalhistas do TRT2;
- b) Ao aumento das despesas com pessoal, encargos e benefícios previdenciários e assistenciais que, em comparação com o exercício de 2017 variou R\$ 112,38 milhões; e
- c) À diminuição no recebimento das transferências e delegações em 2018 em comparação com 2017, no valor de R\$ 104,74 milhões.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2018, foram realizados lançamentos à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, conforme tabela abaixo.

Ajuste de Exercícios Anteriores - Composição

	R\$
Histórico resumido dos ajustes	2018
Ajuste de registro de estoque	37.600,00
Baixa de crédito a receber	-22.997,73
Total dos Ajustes	14.602,27

Fonte: SIAFI 2018

Nota 8 – Obrigações Contratuais

No âmbito do TRT2, os atos potenciais passivos compreendem exclusivamente as obrigações contratuais a executar, conforme detalhado na tabela a seguir:



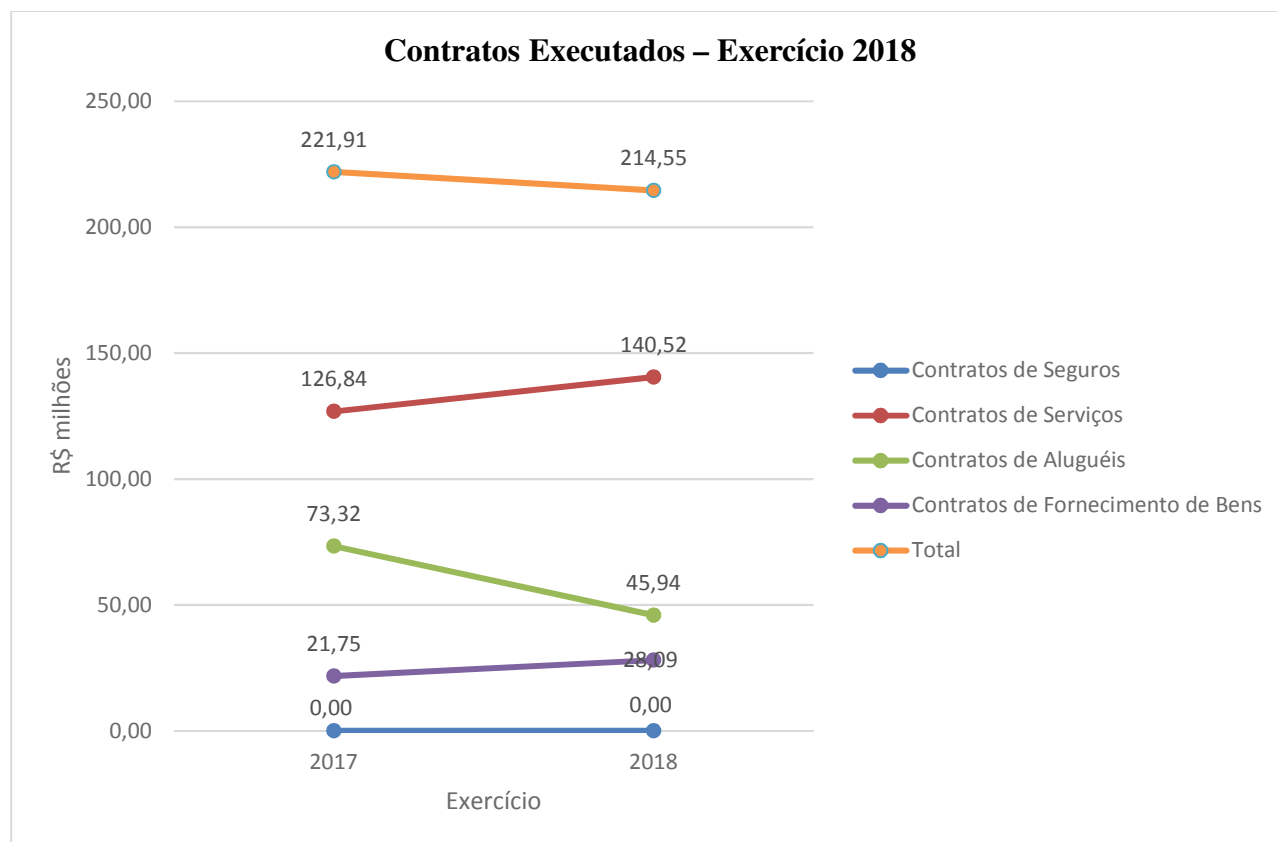
**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Obrigações Contratuais – Composição	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Contratos de Seguros em Execução	-	-	-
Contratos de Serviços em Execução	171,42	94,84	80,74
Contratos de Aluguéis em Execução	233,83	287,83	-18,76
Contratos de Fornecimento de Bens em Execução	31,05	8,01	287,63
Total	436,30	390,69	11,68

Fonte: Siafi 2018/2017

Em que pese o aumento dos valores dos contratos a executar, destaca-se que tal situação decorre da renovação dos diversos contratos que o Tribunal possui com fornecedores, que, em muitos casos, ultrapassam o próprio exercício financeiro.

Contudo, as despesas contratuais apresentaram diminuição no total dos valores executados no exercício de 2018 em relação ao exercício de 2017, conforme gráfico abaixo, em especial dos contratos de alugueis, que foram objeto de repactuação e expressiva diminuição dos valores praticados.



Fonte: Siafi 2018/2017



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 9 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

O item Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria é composto exclusivamente de taxas recebidas a título de Custas Judiciais e Emolumentos, conforme tabela abaixo:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Composição

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Custas Judiciais	104,00	88,74	17,19
Emolumentos	1,16	0,89	31,04
Total	105,16	89,63	17,33

Fonte: Siafi 2018/2017

Nota 10 – Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências Intragovernamentais correspondem às transferências financeiras relativas a execução orçamentária de um mesmo ente da Federação. As Transferências Intergovernamentais correspondem às transferências de bens e/ou valores entre distintos entes da Federação.

Transferências e Delegações Recebidas - Composição

		R\$ milhões		
		2018	2017	AH (%)
Outras Transferências e Delegações Recebidas	Doações/Transferências Recebidas	0,16	0,00	100,00
	Transferências Intergovernamentais	88,48	57,46	53,98
Transferências Intragovernamentais	Repasse Recebido	0,01	0,00	100,00
	Sub-Repasse Recebido	2.597,56	2.735,35	-5,04
	Transferências Recebidas para Pagamento de RP	0,00	0,22	-100,00
	Demais Transferências Recebidas	1,55	1,07	45,46
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	1,24	0,99	25,04
Movimentações de Variação Patrimonial Aumentativa	1,35	0,00	100,00	
Total		2.690,36	2.795,10	-3,75

Fonte: Siafi 2018/2017

Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências Intragovernamentais apresentam as variações patrimoniais diminutivas relativas à execução orçamentária e de bens e valores, decorrentes de transferências financeiras dentro da União. O Subgrupo Outras Transferências e Delegações Concedidas inclui as variações



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

patrimoniais diminutivas relativas a transferências e delegações que não estão inseridas nos demais subgrupos.

Transferências e Delegações Concedidas – Composição

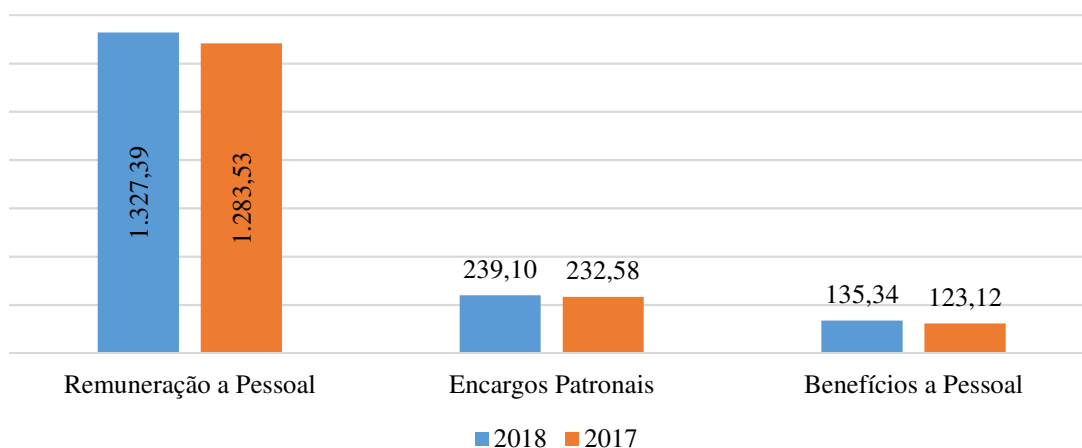
		R\$ milhões		
		2018	2017	AH (%)
Outras Transferências e Delegações Concedidas	Doações/Transferências Concedidas	0,42	0,27	56,65
	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	76,23	0,65	11.606,69
Transferências Intragovernamentais	Demais Transferências Concedidas	0,40	0,11	271,42
	Movimento de Saldos Patrimoniais	110,18	93,49	17,86
	Movimentação de Variação Patrim. Diminutiva	72,33	166,30	-56,50
Total		259,58	260,82	-0,47

Fonte: Siafi 2018/2017

Nota 11 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Pessoal e Encargos totalizaram em 2018 R\$ 1.701,83 milhões, enquanto as despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 623,95 milhões. Houve, respectivamente, aumentos de 3,8% e 8,7% das despesas em comparação com o exercício de 2017, com aumento em todos os subgrupos, conforme gráficos abaixo.

Pessoal e Encargos por Subgrupo - Composição

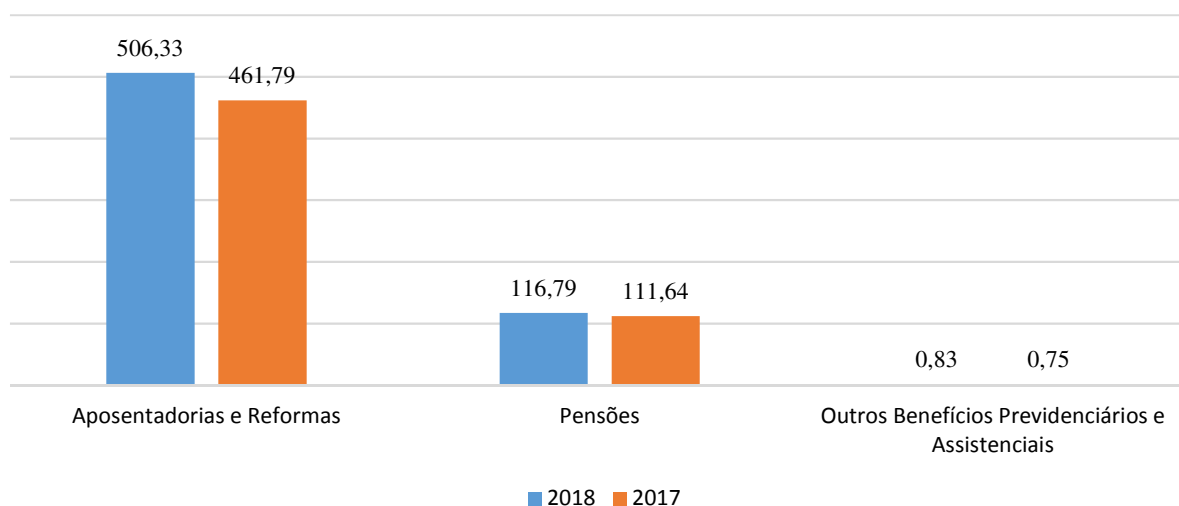


Fonte: Siafi 2018/2017



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Benefícios Previdenciários e Assistenciais por Subgrupo - Composição



Fonte: Siafi 2018/2017

Em relação às despesas com pessoal ativo, tais variações decorreram da aplicação dos percentuais previstos na Lei 13.317/2016, em relação aos vencimentos e gratificações. Já as variações ocorridas para aposentados e pensionistas decorreram principalmente do aumento do número de aposentadorias de magistrados e servidores ocorridas no período.

Nota 12 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste item constam as despesas com materiais de consumo de materiais pelo Tribunal, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, e depreciação e amortização, conforme detalhamento na tabela abaixo.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Uso de Materiais de Consumo	6,36	5,55	14,69
Serviços	217,01	230,86	-6,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	14,21	13,80	3,03
Total	237,58	250,20	-5,04

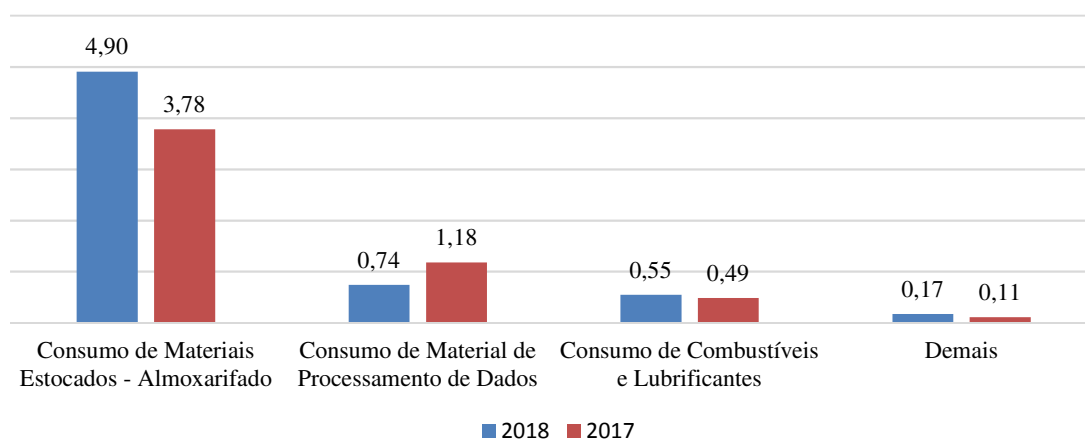
Fonte: Siafi 2018/2017



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

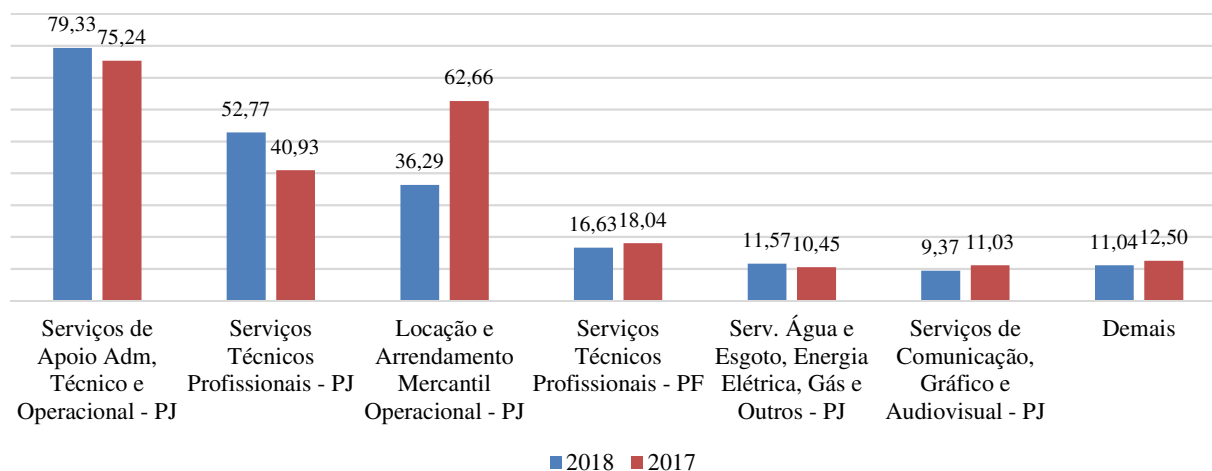
Os gráficos a seguir demonstram a composição dos itens Uso de Materiais de Consumo e Serviços:

Uso de Materiais de Consumo – Composição



Fonte: Siafi 2018/2017

Despesas com Serviços - Composição



Fonte: Siafi 2018/2017

Dentre as variações mais relevantes, destaca-se a diminuição de R\$ 26,37 milhões das despesas com Locação e Arrendamento Mercantil Operacional – PJ em comparação com o exercício de 2017, em razão da repactuação em diversos contratos de locação de imóveis, que resultaram na



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

diminuição dos valores praticados ou foram objeto de novas contratações a preços inferiores, o que proporcionou relevante economia orçamentária em 2018.

Nota 13 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O item é composto por 4 subgrupos. O Subgrupo Perdas Involuntárias apresenta os desfazimentos involuntários de bens. O Subgrupo Incorporação de Passivos refere-se à contrapartida de passivos reconhecidos pela entidade. O Subgrupo Desincorporação de Ativos refere-se à contrapartida de ativos baixados do balanço da entidade, relativos a bens ou direitos a receber, como a baixa de bens por furto e a baixa de créditos para inscrição em Dívida Ativa. O Subgrupo Reavaliação de Bens Imóveis trata dos registros de desvalorização dos imóveis efetuados no SPIUNet.

Transferências e Delegações Concedidas – Composição

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Desincorporação de Ativos	0,69	0,12	461,73
Incorporação de Passivos	198,33	19,30	927,59
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	0,08	-	100,00
Reavaliação de Bens Imóveis	60,20	-	100,00
Total	259,30	19,42	1.235,06

Fonte: Siafi 2018/2017

A variação de R\$ 179,03 milhões da Incorporação de Passivos em comparação com o exercício anterior decorreu principalmente em razão do reconhecimento do passivo “salário de férias”. Até 2017, o passivo de férias era provisionado mensalmente e a apropriação por competência observava apenas o terço constitucional.

A partir do exercício de 2018, com a inovação trazida pelo Manual SIAFI - Macrofunção 021142 - Folha de Pagamento, estabeleceu-se a necessidade de reconhecimento mensal também do salário de férias para que os saldos patrimoniais passem a demonstrar de forma fidedigna a realidade, conforme determinam as normas contábeis vigentes.

Nota 14 – Resultado Patrimonial do Exercício

A apuração do Resultado Patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Em 2018, o resultado patrimonial apontou um déficit de R\$ 262,35 milhões. Dentre os motivos que mais impactaram o resultado, destaca-se:

- A diminuição dos sub-repasses recebidos em 2018 (- R\$ 137,79 milhões);
- O aumento das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas (R\$ 112,37 milhões);



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

c) A desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos (R\$ 239,88 milhões).

Resultado Patrimonial	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Varição Patrimonial Aumentativa (I)	2.825,31	3.025,89	-6,63
Varição Patrimonial Diminutiva (II)	3.087,66	2.751,28	12,23
Resultado Patrimonial do Período (I - II)	-262,35	274,60	-195,54

Fonte: Siafi 2018/2017

Nota 15 – Execução Orçamentária das Receitas (UO 15103)

As receitas previstas do Tribunal referem-se, preponderantemente, às transferências a receber de Instituições Financeiras (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) pela administração dos depósitos judiciais, recolhidos de forma centralizada pelo CSJT e repassadas mensalmente ao Tribunal.

Destaca-se ainda o recolhimento de valores pela realização de concurso público realizado em 2018.

Receitas Correntes – Composição

Item	Natureza da Receita	R\$ milhões		
		Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realização
Outras Receitas Correntes	Outros Ressarcimentos	0,34	0,57	168,93
Receitas de Serviços	Inscr. em Concursos e Proc. Seletivos	-	12,62	100,00
Receita Patrimonial	Aluguéis e Arrendamentos	1,07	1,68	158,04
Transferências Correntes	Transfer. da União e de suas Entidades	88,48	81,11	91,67
Total		89,89	95,99	106,79

Fonte: Siafi 2018

Nota 16 – Execução Orçamentária da Despesa (UO 15103)

O exercício de 2018 apresentou uma execução de 96,77% da dotação atualizada do Órgão, conforme tabela abaixo.



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Execução Orçamentária - Composição

		R\$ milhões		
		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	2.249,38	2.213,33	98,40
	Outras Despesas Correntes	364,61	352,13	96,58
Despesas de Capital	Investimentos	21,83	8,13	37,23
	Inversões Financeiras	23,65	-	-
Total		2.659,47	2.573,59	96,77

Fonte: Siafi 2018

Despesas Correntes

As Despesas Correntes correspondem a 99,68% dos empenhos realizados no exercício de 2018. Cabe destacar que o aumento das despesas com vencimentos de pessoal ocorreu em razão da aplicação dos percentuais previstos na Lei 13.317/2016, em relação aos vencimentos e gratificações dos servidores, enquanto as despesas com aposentadorias variaram positivamente em razão do aumento do número de aposentadorias ocorridas no âmbito do Tribunal. Observa-se ainda que, em razão do contexto de contingenciamento orçamentário, com as limitações de gastos definidas na EC nº 95/2016, despesas com serviços apresentaram diminuição em comparação com o exercício de 2017.

Despesas Correntes - Composição

		R\$ milhões		
		2018	2017	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.319,57	1.266,23	4,21
	Aposentadorias RPPS	504,38	465,59	8,33
	Obrigações Patronais	234,96	231,77	1,37
	Pensões do RPPS	116,34	112,55	3,37
	Outras Despesas	38,07	113,10	-66,34
	Subtotal (I)	2.213,33	2.189,25	1,10
Outras Despesas Correntes	Outros Serviços de Terceiros - PJ	111,13	149,07	-25,45
	Auxílio-Alimentação	70,09	64,46	8,72
	Locação de Mão de obra	62,76	68,40	-8,24
	Sentenças Judiciais	27,34	27,24	0,36
	Outros Benef. Assist. do Servidor	21,59	18,51	16,65
	Outros Serviços de Terceiros - PF	19,88	25,47	-21,97
	Indenizações e Restituições	16,87	14,96	12,72
	Outras Despesas	22,48	10,48	114,50
Subtotal (II)	352,13	378,59	-6,99	
Total (I + II)		2.565,46	2.567,84	-0,09

Fonte: Siafi 2018/2017



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Despesas de Capital

As Despesas de Capital representaram 0,32% dos empenhos realizados. As despesas de capital empenhadas referem-se, exclusivamente, àquelas registradas no grupo de Investimentos, que incluem despesas com bens permanentes, planejamento e execução de obras, aquisições de imóveis e softwares. A diminuição do saldo empenhado para as Despesas de Capital decorreu principalmente do contexto de restrição orçamentária no exercício de 2018.

Despesas de Capital - Composição

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Equipamentos e Material Permanente	6,36	19,37	-67,17
Serviços de TIC - PJ	1,70	-	100,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,04	-	100,00
Equip. e Material Permanente	0,03	-	100,00
Outros Serviços de Terceiros - PJ	-	2,20	-100,00
Obras e Instalações	-	0,47	-100,00
Total	8,13	22,04	-63,12

Fonte: Siafi 2018/2017

Execução de Orçamento Descentralizado

Além da dotação orçamentária disponibilizada ao TRT2 para consecução de seus objetivos institucionais, durante o exercício de 2018 o TRT2 recebeu descentralizações orçamentárias para execução de Ações originárias de outras Entidades, por meio de provisão e destaque. A tabela abaixo detalha o orçamento descentralizado, por Ação e Órgão.

Execução - Descentralizações 2018 – Composição

Ação	Unidade Descentralizadora	Provisão e Destaque Recebido	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	R\$ milhões
						Despesas Inscritas em RP Não Processados
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado - Precatórios	Fundação Inst. Bras. De Geografia e Estatística	0,12	0,12	0,12	0,12	-
	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1,20	1,20	1,20	1,20	-
	Encargos Financ. da União - Sentenças Judiciais	59,10	58,43	58,43	58,43	-



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	Encargos Financ. da União - Sentenças Judiciais	11,70	11,70	11,70	11,70	-
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	Tribunal Superior Eleitoral	0,01	0,01	0,01	0,01	-
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	Tribunal Superior do Trabalho	3,12	3,12	2,92	2,92	0,20
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Tribunal Superior do Trabalho	0,03	0,03	0,00	0,00	0,03
Total		75,28	74,61	74,38	74,38	0,23

Fonte: Siafi 2018

Nota 17 – Resultado Orçamentário

O exercício de 2018 apresentou um Resultado Orçamentário deficitário em R\$ 2.477,59 milhões. A situação ocorre em razão dos Órgãos da Justiça do Trabalho não serem órgãos arrecadadores, dependendo, dessa forma, de recursos arrecadados pela União e repassados ao TRT2 para fazer frente às suas despesas.

Nota 18 – Inscrição de Restos a Pagar

O exercício de 2018 apresentou uma diminuição dos valores inscritos em Restos a Pagar, em comparação com o exercício anterior. A tabela abaixo detalha as despesas inscritas por grupo:

Inscrições de Restos a Pagar por Grupo de Despesa

	R\$ milhões			
	Restos a Pagar Não Processado		Restos a Pagar Processado	
	2018	2017	2018	2017
Investimentos	2,22	20,62	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17,86	33,24	0,24	0,75
Pessoal e Encargos Sociais	0,31	57,24	0,03	0,00
Total	20,39	111,10	0,28	0,75

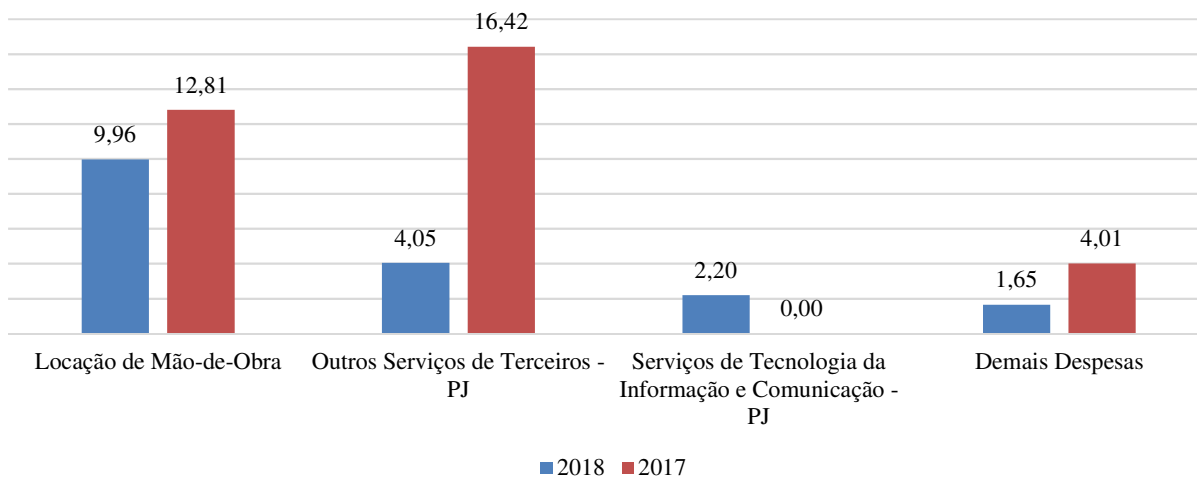
Fonte: Siafi 2018/2017

O gráfico abaixo detalha o item Restos a Pagar Não Processados de Outras Despesas Correntes:



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Restos a Pagar Não Processados – Outras Despesas Correntes



Fonte: Siafi 2018/2017

Nota 19 – Execução de Restos a Pagar Não Processados

Conforme tabela abaixo, no exercício de 2018 foram pagos cerca de 39,72% dos Restos a Pagar inscritos em anos anteriores, e cancelados aproximadamente 50,28%.

Execução de Restos a Pagar Não Processados

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo	R\$ milhões Índice realização (%)
Restos a Pagar Não Processados	154,05	77,86	60,77	15,43	39,45
Restos a Pagar Processados	0,79	0,00	0,74	0,05	93,50
Total	154,85	77,86	61,51	15,48	39,72

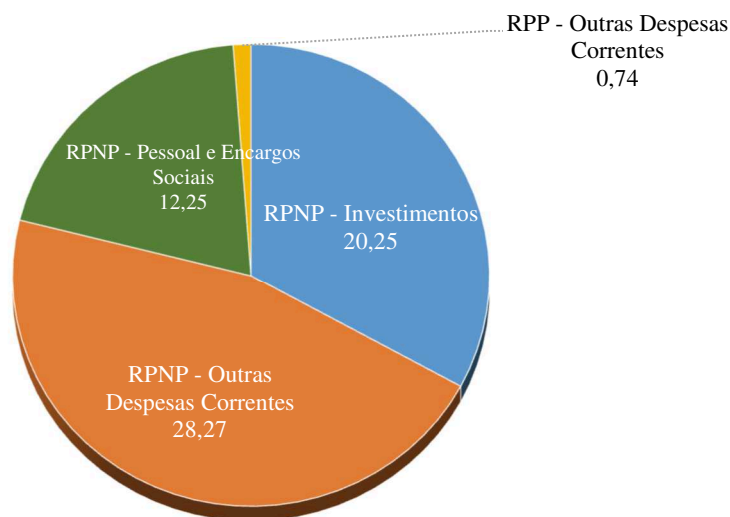
Fonte: Siafi 2018

O gráfico abaixo apresenta a composição dos pagamentos dos Restos a Pagar realizados em 2018:



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Restos a Pagar – Pagamentos Realizados em 2018



Fonte: Siafi 2018

Nota 20 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, que corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em 2018, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi deficitária em R\$ 71,26 milhões, uma redução de 169,74% em relação ao resultado de 2017.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ milhões		
	2018	2017	AH (%)
Atividades Operacionais	-42,23	124,58	-133,89
Atividades de Investimento	-29,03	-22,40	29,59
Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-71,26	102,18	-169,74

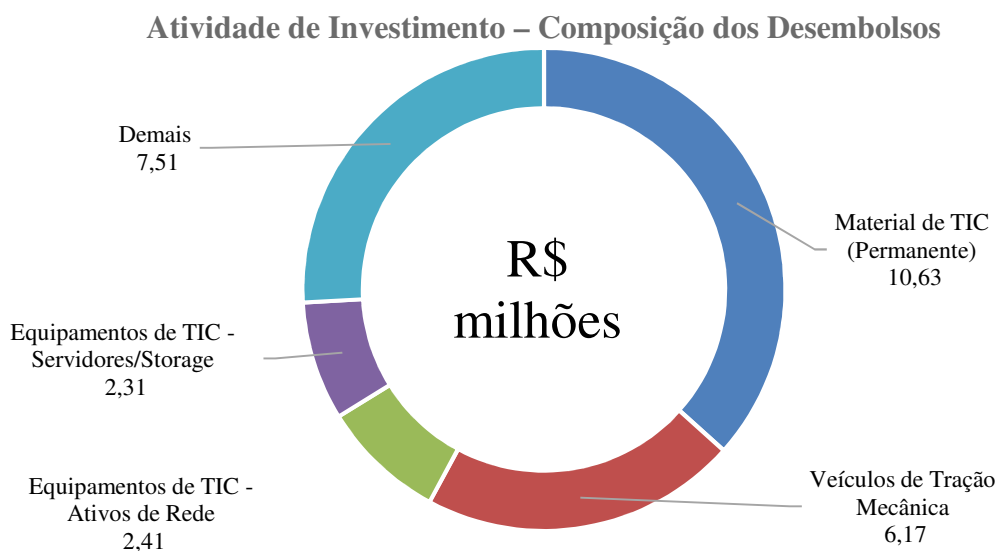
Fonte: Siafi 2018/2017

O fluxo das atividades operacionais foi o que mais influenciou no déficit apurado. A redução apurada teve como principais fatores a diminuição de transferências financeiras recebidas em R\$ 137,27 milhões, o aumento dos dispêndios com pessoal em R\$ 40,77 milhões, e o aumento das transferências financeiras concedidas, da ordem de R\$ 92,58 milhões.



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Em relação às atividades de investimento, o TRT2 apresentou aumento dos desembolsos em R\$ 6,63 milhões. A composição dos desembolsos está apresentada no gráfico abaixo:



Fonte: Siafi 2018